



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis
Adotadas no Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

**(Atual denominação social da Companhia de
Arrendamento Mercantil RCI Brasil)**

31 de março de 2016

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

	Pág.
Índice das Informações Trimestrais:	
Relatório da Administração	1
Demonstrações Financeiras:	
Balanços Patrimoniais	3
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9
Relação dos Administradores	24
Relatório dos Auditores Independentes	25

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as informações trimestrais do Banco RCI Brasil S.A. (atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil) (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas aos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 e em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação resultou na extinção da RCI CFI e no aumento de capital do Banco RCI Brasil, no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social dos atuais R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$1.312 milhões em 31 de março de 2016, apresentando evolução de 61,2% em relação a R\$814 milhões em 31 de dezembro de 2015. O prejuízo apresentado no exercício foi de R\$39 milhões em comparação ao lucro de R\$36 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 31 de março de 2016, os ativos totais atingiram R\$10.430 milhões, e estão representados principalmente pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$9.161 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.703 milhões, representam uma carteira líquida de R\$7.457 milhões.

As captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas principalmente por depósitos interfinanceiros no montante de R\$1.486 milhões, recursos de aceites cambiais R\$968 milhões e letras financeiras R\$3.456 milhões, em 31 de março de 2016.

Conjuntura Econômica

No primeiro trimestre de 2016, quando comparado com os três últimos meses de 2015, houve uma apreciação do Real frente ao Dólar, que atualmente flutua próximo de R\$3,60/US\$. Apesar desse movimento, a economia real segue em contração, impondo um ambiente desafiador para a atividade bancária no Brasil. O mercado de trabalho, como consequência, continua em processo de deterioração e precarização, fato que pode ser verificado pela rápida elevação da taxa de desemprego.

E a referida contração econômica não tem sido amenizada pelas políticas fiscal e monetária nesse começo de ano. As contas públicas vêm sofrendo com os efeitos da recessão sobre a arrecadação de impostos, de forma que as medidas de ajuste adotadas não devem ser revertidas no curto prazo. Enquanto isso, o elevado patamar no qual se encontra a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), não abre espaço para o Bacen diminuir a taxa de juros, atualmente em 14,25%.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Nesse cenário, a carteira total de crédito cresceu 5,3% em fevereiro de 2016 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o que representa uma desaceleração quando comparada ao ritmo de crescimento observado no final do ano passado (alta de 6,7% em dezembro de 2015 na comparação com dezembro de 2014). Esse movimento pode ser observado tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 8,2% ao ano, como no crédito com recursos livres, que aumentou apenas 2,6% entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2016. A carteira dos bancos públicos também está crescendo em ritmo mais lento do que no passado, mas ainda cresce substancialmente mais do que a dos bancos privados (9,3% em doze meses, contra expansão de apenas 0,5% dos bancos privados). O conservadorismo na oferta de concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e as taxas de juros em alta são fatores que devem manter essa tendência de desaceleração do crédito ao longo dos próximos meses.

Outras Informações

O Banco RCI Brasil tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no período findo em 31 de março de 2016, não foram contratados da KPMG Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 13 de maio de 2016

O Conselho de Administração
A Diretoria

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo Circulante		4.602.393	198.427
Disponibilidades	5	37.336	6.175
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	177.016	163.184
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		177.016	163.184
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		264.423	-
Carteira Própria	6.a	215.054	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	49.369	-
Relações Interfinanceiras		272.421	-
Depósitos no Banco Central	7	272.421	-
Operações de Crédito		3.686.595	-
Setor Privado	9.c	3.532.009	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	9.c	237.746	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	9.e	(83.160)	-
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.797)	(1.874)
Setor Privado	9.a	155.402	160.822
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	9.a	(150.647)	(155.896)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	9.e	(6.552)	(6.800)
Outros Créditos		127.680	24.066
Créditos Tributários	10	77.151	13.395
Rendas a Receber		1.493	-
Diversos	11	49.036	10.671
Outros Valores e Bens		38.719	6.876
Outros Valores e Bens		1.044	1.648
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	-
Despesas Antecipadas		37.687	5.228
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.277.092	249.325
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		80.511	-
Carteira Própria	6.a	66.949	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	13.562	-
Operações de Crédito		2.726.514	-
Setor Privado	9.c	2.588.720	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	9.c	239.085	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	9.e	(101.291)	-
Operações de Arrendamento Mercantil		2.960	3.187
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	9.a	222.136	222.689
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	9.a	(210.570)	(210.794)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	9.e	(8.606)	(8.708)
Outros Créditos		434.031	241.304
Créditos Tributários	10	278.180	164.046
Diversos	11	155.851	77.258
Outros Valores e Bens		33.076	4.834
Despesas Antecipadas		33.076	4.834
Permanente		2.550.265	2.617.094
Imobilizado de Uso	13	1.870	3
Outras Imobilizações de Uso		2.985	5
(Depreciações Acumuladas)		(1.115)	(2)
Imobilizado de Arrendamento	12	2.545.711	2.617.091
Bens Arrendados		2.462.592	2.528.142
Superveniência de Depreciação		1.176.051	1.198.989
(Depreciações Acumuladas)		(1.092.932)	(1.110.040)
Intangível	14	2.684	-
Outros Ativos Intangíveis		5.514	-
(Amortizações Acumuladas)		(2.830)	-
Total do Ativo		10.429.750	3.064.846

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo Circulante		5.182.734	856.924
Depósitos		1.105.229	-
Depósitos Interfinanceiros	15.a	1.105.229	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		2.863.291	-
Recursos de Aceites Cambiais	15.b	504.999	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	15.b	2.358.292	-
Outras Obrigações		1.214.214	856.924
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		2.501	-
Sociais e Estatutárias		47.170	78.924
Fiscais e Previdenciárias	16	33.215	7.286
Instrumentos Financeiros Derivativos		47	-
Diversas	17	1.131.281	770.714
Passivo Exigível a Longo Prazo		3.934.846	1.393.605
Depósitos		380.839	-
Depósitos Interfinanceiros	15.a	380.839	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.560.223	-
Recursos de Aceites Cambiais	15.b	462.765	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	15.b	1.097.458	-
Outras Obrigações		1.993.784	1.393.605
Fiscais e Previdenciárias	16	403.882	331.963
Instrumentos Financeiros Derivativos		50.211	-
Diversas	17	1.539.691	1.061.642
Resultados de Exercícios Futuros		5	-
Resultados de Exercícios Futuros		5	-
Patrimônio Líquido	19	1.312.165	814.317
Capital Social:		985.225	448.152
De Domiciliados no País		393.015	448.152
De Domiciliados no Exterior		592.210	
Reservas de Lucros		366.165	366.165
Lucros (Prejuízos) Acumulados		(39.225)	-
Total do Passivo		<u>10.429.750</u>	<u>3.064.846</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Receitas da Intermediação Financeira		367.444	187.262
Operações de Crédito		287.067	-
Operações de Arrendamento Mercantil		175.803	185.146
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		14.823	2.116
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	(118.605)	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		8.356	-
Despesas da Intermediação Financeira		(414.406)	(157.281)
Operações de Captação no Mercado		(210.959)	(3.694)
Operações de Arrendamento Mercantil		(152.924)	(154.569)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	(50.523)	982
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(46.962)	29.981
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(19.309)	18.836
Receitas de Prestação de Serviços		1.567	-
Rendas de Tarifas Bancárias	21	13.670	1.446
Despesas de Pessoal		(6.012)	-
Outras Despesas Administrativas		(31.696)	(2.881)
Despesas Tributárias		(2.958)	(2.095)
Outras Receitas Operacionais	22	20.855	33.062
Outras Despesas Operacionais	23	(14.735)	(10.696)
Resultado Operacional		(66.271)	48.817
Resultado não Operacional	24	8.099	10.495
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(58.172)	59.312
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	19.207	(23.230)
Provisão para Imposto de Renda		3.239	(5.557)
Provisão para Contribuição Social		(9.055)	(4.785)
Ativo Fiscal Diferido		25.023	(12.888)
Participação dos Empregados no Lucro		(260)	-
Lucro Líquido		(39.225)	36.082
Nº de Ações (Mil)	19	404	243
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		(97.092)	148.486

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total	
		Capital Social	Reserva Legal			Reserva Estatutária
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		448.152	19.804	269.484	-	737.440
Lucro Líquido		-	-	-	36.082	36.082
Saldos em 31 de Março de 2015		<u>448.152</u>	<u>19.804</u>	<u>269.484</u>	<u>36.082</u>	<u>773.522</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		448.152	24.845	341.320	-	814.317
Aumento de Capital (Nota 2)		537.073	-	-	-	537.073
Prejuízo Líquido		-	-	-	(39.225)	(39.225)
Saldos em 31 de Março de 2016		<u>985.225</u>	<u>24.845</u>	<u>341.320</u>	<u>(39.225)</u>	<u>1.312.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) Líquido		(39.225)	36.082
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) Líquido		(18.332)	(15.966)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	50.523	(982)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(69.736)	12.637
Depreciações e Amortizações		161	-
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos	18.c	4.842	(25.553)
Atualização de Depósitos Judiciais		(3.005)	(1.238)
Atualização de Impostos a Compensar		(1.117)	(830)
Variações em Ativos e Passivos		167.681	65.606
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		70.671	-
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		586.590	74.304
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(7.937)	-
Redução (Aumento) em Outros Créditos		94.451	(14.002)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		13.916	5.142
Aumento (Redução) em Depósitos		(535.604)	3.694
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(15.907)	5.499
Imposto Pago		(38.499)	(9.031)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		110.124	85.722
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(43)	-
Aplicações no Intangível		(233)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		(276)	-
Atividades de Financiamento			
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		348.600	-
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(438.015)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(7.480)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(96.895)	-
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		12.953	85.722
Caixa e Equivalentes de Caixa Advindo de Incorporação de Sociedade		32.040	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5	169.359	32.057
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	214.352	117.779

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 31/03/2016</u>	<u>01/01 a 31/03/2015</u>	
Receitas da Intermediação Financeira		367.444		187.262
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		15.237		1.446
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	(50.523)		982
Outras Receitas e Despesas		14.219		32.861
Despesas da Intermediação Financeira		(363.883)		(158.263)
Insumos de Terceiros		(31.311)		(2.881)
Serviços de Terceiros		(14.579)		(1.378)
Outros		(16.732)		(1.503)
Valor Adicionado Bruto		(48.817)		61.407
Retenções				
Depreciações e Amortizações		(161)		-
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		(48.978)		61.407
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal		5.317	-10,8%	-
Remuneração		3.626		-
Benefícios		1.023		-
FGTS		329		-
Outras		339		-
Impostos, Taxas e Contribuições		(15.295)	31,2%	25.325 41,2%
Federais		(17.081)		24.066
Municipais		1.786		1.259
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		225	-0,5%	
Remuneração de Capitais Próprios		(39.225)	80,1%	36.082 58,8%
Reinvestimentos de Lucros (Prejuízo do Período)		(39.225)		36.082
Total		(48.978)	100,0%	61.407 100,0%

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil) (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2015, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil para Banco RCI Brasil S.A.. Este processo foi homologado pelo Bacen em 28 de outubro de 2015.

2. Reestruturação Societária

Na AGE de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação reversa da RCI CFI, anteriormente controladora integral do Banco RCI Brasil, resultou na sua extinção e foi sucedida pelo Banco RCI Brasil em todos os seus bens, direitos e obrigações. Na incorporação, foi aumentado o capital social do Banco RCI Brasil no valor de R\$537.073, mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social dos atuais R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus acionistas na mesma proporção da participação que detinham na RCI CFI.

A incorporação teve por base os valores contábeis da RCI CFI na data-base de 31 de dezembro de 2015, conforme laudo de avaliação resumido abaixo:

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	8.115.007
Disponibilidades	32.040
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	369.066
Relações Interfinanceiras	264.484
Operações de Crédito	7.013.151
Outros Créditos	361.649
Outros Valores e Bens	74.617
Permanente	818.753
Investimentos	814.317
Imobilizado de Uso e Intangível	4.436
Total do Ativo	8.933.760
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	7.582.365
Depósitos	2.022.538
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.397.052
Outras Obrigações	1.162.775
Resultado de Exercícios Futuros	5
Total do Passivo	7.582.370
Patrimônio Líquido	1.351.390
(-) Investimentos	(814.317)
Acervo Líquido Incorporado	537.073

3. Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das informações trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

BANCO RCI BRASIL S.A.**(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 13 de maio de 2016.

4. Principais Práticas Contábeis**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. O Banco RCI Brasil não possui operações de derivativos classificados como "hedge contábil" para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

BANCO RCI BRASIL S.A.**(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

O Banco RCI Brasil optou pela não aplicação temporal dos procedimentos contábeis referenciados pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014. Neste sentido com base no contido na Resolução 4.294 e Circular 3.693, as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de arrendamento estão sendo integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual: móveis e equipamentos de uso - 10%.

h.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

h.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

h.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

h.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das informações trimestrais, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações trimestrais. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco RCI Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às informações trimestrais.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas informações trimestrais.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações trimestrais são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Disponibilidades	37.336	6.175	7.779	4.046
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	177.016	163.184	110.000	28.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	177.016	163.184	110.000	28.011
Total	214.352	169.359	117.779	32.057

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
a) Carteira Própria		
Cotas - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) ⁽¹⁾	215.054	-
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I) ⁽¹⁾	66.949	-
Total	282.003	-

(1) Referem-se a cotas subordinadas.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

	<u>31/03/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	<u>Valor Referencial</u>	<u>Curva</u>	<u>Mercado</u>	<u>Valor Referencial</u>	<u>Curva</u>	<u>Mercado</u>
Ativo	5.652.210	5.652.210	5.690.527	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	5.652.210	5.652.210	5.690.527	-	-	-
Passivo	5.628.379	(5.628.379)	(5.677.854)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	5.628.379	(5.628.379)	(5.677.854)	-	-	-
"Swap" - Negociação		23.831	12.673		-	-
Total Diferencial a Receber Circulante			62.931			-
Longo prazo			49.369			-
Total Diferencial a Pagar Circulante			(50.258)			-
Longo prazo			(47)			-
			(50.211)			-

Em 31 de março de 2016, o valor referencial das operações de swap foram registradas na Cetip, das quais R\$749.052 possuem vencimento até 3 meses, R\$2.797.343 de 3 a 12 meses e R\$2.105.815 acima de 12 meses.

Foram reconhecidos despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$118.605 no trimestre.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo de R\$272.421 da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados basicamente por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

8. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do conglomerado financeiro. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições:

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de março de 2016 não apresentava saldo na carteira de negociação.

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(218)	(7.293)	(14.171)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(4)	(71)	(142)
Total ⁽¹⁾		(222)	(7.364)	(14.313)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: Uma situação considerada provável pela administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

9. Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Carteira de Arrendamento

	31/03/2016	31/12/2015
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	1.116.837	1.154.624
Arrendamentos a Receber	377.538	383.511
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	739.299	771.113
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(361.217)	(366.690)
Valores Residuais a Balancear	(739.299)	(771.113)
Outros Valores e Bens	1.032	1.648
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	2.545.711	2.617.091
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 17)	(1.703.232)	(1.738.307)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente Circulante	435.580	452.037
Longo Prazo	424.252	445.216

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$257.005 (31/12/2015 - R\$257.371).

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que fossem considerados relevantes.

b) Carteira por Vencimento

	31/03/2016	31/12/2015
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil		
Vencidas	13.113	13.303
A Vencer:		
Até 1 Ano	471.348	493.289
De 1 a 5 Anos	627.325	644.702
Acima de 5 Anos	5.051	3.330
Total	1.116.837	1.154.624
	31/03/2016	31/12/2015
Carteira de Arrendamento a Valor Presente		
Vencidas	6.911	11.317
A Vencer:		
Até 1 Ano	435.580	452.037
De 1 a 5 Anos	415.758	432.829
Acima de 5 Anos	1.583	1.070
Total	859.832	897.253

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Carteira de Créditos

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Vendor	1.039.326	-
Financiamentos - CDC Veículos	5.081.402	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	476.832	-
Total	6.597.560	-
Circulante	3.769.755	-
Longo Prazo	2.827.805	-

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Vencidas	57.119	-
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.496.390	-
De 3 a 12 Meses	2.273.365	-
De 1 a 5 Anos	2.764.000	-
Acima de 5 Anos	6.686	-
Total	6.597.560	-

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em 31 de março de 2016, a RCI Brasil efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento de veículos no montante de R\$476.832, e o valor presente das operações cedidas é de R\$444.043.

d) Carteira por Setor de Atividades

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Setor Privado		
Indústria	40.437	3.942
Comércio	1.135.312	7.280
Instituições Financeiras	61	-
Serviços e Outros	228.178	21.389
Pessoas Físicas	6.053.025	864.610
Agricultura	379	32
Total	7.457.392	897.253

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				Provisão Requerida	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	31/03/2016		31/12/2015	
				Total	Total	31/03/2016	31/12/2015
AA	-	59.554	-	59.554	5.154	-	-
A	0,5%	5.853.274	-	5.853.274	808.116	29.266	4.041
B	1%	659.397	207.679	867.076	44.323	8.671	443
C	3%	287.485	156.116	443.601	18.409	13.308	552
D	10%	20.170	43.847	64.017	7.687	6.402	769
E	30%	21.552	22.526	44.078	3.168	13.223	950
F	50%	2.534	31.928	34.462	2.434	17.231	1.217
G	70%	-	11.951	11.951	1.416	8.366	991
H	100%	3.063	76.316	79.379	6.546	79.379	6.546
Total		6.907.029	550.363	7.457.392	897.253	175.846	15.509

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 31 de março de 2016 foi constituída uma provisão adicional com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente, classificada no nível A no valor de R\$23.763.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Saldo Inicial	15.508	21.264
Constituição (Reversão)	50.523	(982)
Baixas	(33.009)	(331)
Incorporação (Nota 2)	166.587	
Saldo Final	199.609	19.951
Circulante	89.712	8.776
Longo Prazo	109.897	11.175

Foram recuperados no período, créditos no valor de R\$3.251 (2015 - R\$970), registrados como receita da intermediação financeira.

10. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.163	119.411	40.806	(23.478)	145.902
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Cíveis	1.318	4.505	177	(233)	5.767
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.252	6.042	1.767	-	19.061
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Trabalhistas	44	1.118	21	(57)	1.126
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos					
para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	1.397	17.476	-	18.873
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos					
para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	152	1.894	-	2.046
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoa	-	1.961	117	(1.292)	786
Outras Provisões Temporárias	724	16.387	-	(2.101)	15.010
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças					
Temporárias	22.501	150.973	62.258	(27.161)	208.571
Prejuízos Fiscais	154.940	0	-	(8.180)	146.760
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	177.441	150.973	62.258	(35.341)	355.331
Circulante	13.395				77.151
Longo Prazo	164.046				278.180

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.353	302	(428)	10.227
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	1.049	152	(103)	1.098
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	18.503	782	(11.169)	8.116
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	41	-	-	41
Outras Provisões Temporárias	228	-	(12)	216
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças				
Temporárias	30.174	1.236	(11.712)	19.698
Prejuízos Fiscais	177.817	-	(2.412)	175.405
Total dos Créditos Tributários	207.991	1.236	(14.124)	195.103
Circulante	10.555			12.303
Longo Prazo	197.436			182.800

(1) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização.

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos	31/03/2016
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Fiscais	Total
2016	31.448	25.053	767	-	57.268
2017	43.930	34.580	1.023	-	79.533
2018	32.348	25.353	256	18.353	76.310
2019	7.629	4.571	-	34.399	46.599
2020	806	484	-	37.398	38.688
2021 a 2023	202	121	-	56.610	56.933
Total	116.363	90.162	2.046	146.760	355.331

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$283.770 (31/12/2015 - R\$129.080), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

11. Outros Créditos - Diversos

	31/03/2016	31/12/2015
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	137.245	76.459
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	398	161
Outros	15.682	1.513
Impostos e Contribuições a Compensar	3.198	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20.d)	41.071	9.720
Outros	7.293	76
Total	204.887	87.929
Circulante	49.036	10.671
Longo Prazo	155.851	77.258

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 9.a), e tem a seguinte composição:

	31/03/2016	31/12/2015
Veículos e Afins	2.461.621	2.527.165
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(1.092.932)	(1.110.040)
Superveniências de Depreciações	1.176.051	1.198.989
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	942	948
Total	2.545.711	2.617.091

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$22.938 (2015 - receita de R\$975) no trimestre, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Imobilizado de Uso

			31/03/2016	31/12/2015
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.108	(521)	587	-
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(66)	49	-
Sistemas de Processamento de Dados	633	(346)	287	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.096	(182)	914	-
Outras	33	-	33	-
Total	2.985	(1.115)	1.870	-

14. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.514 como custo de aquisição e R\$2.830 de amortização acumulada.

15. Captação de Recursos
a) Depósitos

				31/03/2016	31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros	82.240	1.022.989	380.839	1.486.068	-
Total	82.240	1.022.989	380.839	1.486.068	-
Circulante				1.105.229	-
Longo Prazo				380.839	-

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/03/2016	31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾	102.820	402.179	462.765	967.764	-
Letras Financeiras ⁽²⁾	948.805	1.409.487	1.097.458	3.455.750	-
Total	1.051.625	1.811.666	1.560.223	4.423.514	-
Circulante				2.863.291	-
Longo Prazo				1.560.223	-

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 100% a 104% do CDI.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: Prazo mínimo de 2 anos, valor nominal de R\$3.120.500 e permissão para que o emissor resgate antecipadamente apenas 5% do montante emitido. Possuem prazo de vencimento até janeiro de 2019.

16. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/03/2016	31/12/2015
Provisão para Tributos Diferidos	309.643	299.795
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	102.398	32.550
Impostos e Contribuições a Pagar	3.054	462
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	22.002	6.442
Total	437.097	339.249
Circulante	33.215	7.286
Longo Prazo	403.882	331.963

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2016
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	53.000	-	(38.914)	14.086
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	5.744	-	(4.218)	1.526
Superveniência de Arrendamento Mercantil	299.747	-	-	(5.734)	294.013
Comissões Diferidas	48	37	-	(67)	18
Total	299.795	58.781	-	(48.933)	309.643

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2015
Superveniência de Arrendamento Mercantil	342.563	244	-	342.807
Comissões Diferidas	1.204	-	(494)	710
Total	343.767	244	(494)	343.517

17. Outras Obrigações - Diversas

	31/03/2016	31/12/2015
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 9.a)	1.703.232	1.738.307
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18.b)	16.129	3.168
Outras ⁽¹⁾	507.568	90.881
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos	444.043	-
Total	2.670.972	1.832.356
Circulante	1.131.281	770.714
Longo Prazo	1.539.691	1.061.642

(1) Inclui, rendas relativas aos subsídios de taxas de juros recebidos do Grupo Renault. Os recursos são apropriados exponencialmente ao resultado pela fluência dos prazos dos respectivos contratos de crédito e arrendamentos no valor de R\$82.977 (31/12/2015 - R\$85.332).

18. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
a) Ativos Contingentes

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/03/2016	31/12/2015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	102.398	32.550
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 17)	16.129	3.168
Ações Trabalhistas	2.636	102
Ações Cíveis	13.493	3.066
Total	118.527	35.718

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/03/2016		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	32.550	102	3.066
Constituição Líquida de Reversão	1	48	1.423
Atualização Monetária	3.370	-	-
Pagamentos	(2.796)	-	(1.008)
Incorporação	69.273	2.486	10.012
Saldo Final	102.398	2.636	13.493
Dépósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	131.608	-	-

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/03/2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	91.088	102	2.624
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(23.979)	-	381
Pagamentos ⁽³⁾	-	-	(256)
Saldo Final	67.109	102	2.749
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	65.504	-	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL. No exercício de 2015, inclui reversão de provisão no processo relativo a PIS e Cofins.

(2) Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) Em 2015, inclui o valor referente às antecipações de CSLL que reduzem o valor da provisão fiscal decorrente do questionamento da majoração da alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$11.755 (31/12/2015 - R\$11.526): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. No trimestre findo em 31 de março de 2015, houve reversão de provisão no montante de R\$27.922 em virtude de reavaliação do cálculo do valor provável na hipótese da sentença ser desfavorável.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$90.307 (31/12/2015 - R\$20.689): o Banco RCI Brasil ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) O Banco RCI Brasil não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível individualmente significativo. Os passivos contingentes, importam em aproximadamente R\$49.125 para ações cíveis, R\$5.550 para ações trabalhistas e R\$21.887 para ações fiscais (31/12/2015 - R\$7.059 para ações cíveis e R\$24.314 para ações fiscais). A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e".

19. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 31 de março de 2016 o capital social no valor de R\$985.225 (31/12/2015 - R\$448.152) é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

BANCO RCI BRASIL S.A.**(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

20. Partes Relacionadas**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2016 foi fixado o valor máximo de R\$3.436 (2015 - R\$10). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na RCI Banque e no Banco Santander.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Remuneração Fixa	337	-
Outras	320	-
Total	657	-

Adicionalmente, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$157 no trimestre.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/03/2016	31/12/2015	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Disponibilidades	37.336	6.175	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	37.336	6.175	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.016	163.184	3.125	2.079
RCI Brasil ⁽²⁾	-	163.184	-	2.047
Banco Santander ⁽³⁾	30.016	-	3.125	32
Aplicações Financeiras - Fundos de Investimento	282.003	-	8.259	-
Venda de Veículos FIDC	215.054	-	6.496	-
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I	66.949	-	1.763	-
Operações de Crédito ⁽⁷⁾	7.492	-	18.986	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	4.542	-	10.550	-
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	618	-	1.622	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.332	-	6.814	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁶⁾	41.071	9.720	90.777	13.937
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	32.793	8.347	69.087	10.795
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	8.250	1.373	21.565	3.142
Banco Santander ⁽³⁾	28	-	-	-
Administradora de Consórcio RCI Brasil	-	-	125	-
Depósitos Interfinanceiros	(956.459)	-	(33.047)	-
Banco Santander ⁽³⁾	(956.459)	-	(33.047)	-
Recursos de Aceites Cambiais	(365.555)	-	(13.014)	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(365.555)	-	(13.014)	-
Letras Financeiras	(312.172)	-	(10.821)	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(312.172)	-	(10.821)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(46.928)	(78.924)	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	(32.726)	(78.924)	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	(14.202)	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(12.037)	(2.104)	(10.790)	(991)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(1.653)	-
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ^{(1) (5)}	(6.460)	(925)	(5.657)	(991)
Isban Brasil S.A. ⁽⁶⁾	(47)	-	(261)	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(3)	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(5.530)	(1.179)	(3.216)	-
Outras Obrigações - Diversas	(88)	-	(101)	-
Isban Brasil S.A.	-	-	(97)	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(4)	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(72)	-	-	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(16)	-	-	-

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) No exercício de 2015, controladora direta da Companhia.

(3) Controladores da Companhia (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

21. Rendas de Tarifas Bancárias

Representadas, substancialmente, por tarifas de cadastro em operações de crédito no valor de R\$12.046 no trimestre (2015 - R\$1.387).

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Reversão de Provisões Operacionais - Outras ⁽¹⁾	3.219	28.344
Atualização de Depósitos Judiciais	3.005	1.238
Atualização de Impostos a Compensar	1.117	830
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	905	1.216
Recuperação de Encargos e Despesas	11.759	1.431
Outras	850	3
Total	20.855	33.062

(1) No período findo em 31 de março de 2015, refere-se basicamente reversão de provisão PIS/Cofins (Nota 18.d).

23. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	5.044	7.084
Descontos Concedidos	-	642
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 18.c)	3.142	1.119
Cíveis (Nota 18.c)	1.423	381
Outras	48	-
Gastos com Contratos em Atraso	4.204	1.058
Outras	874	412
Total	14.735	10.696

24. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	8.067	10.447
Ganhos de Capital	32	48
Total	8.099	10.495

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(58.172)	59.312
Participações no Lucro	(260)	-
Resultado antes dos Impostos	(58.432)	59.312
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% (2015 - 25% e 15%), Respectivamente ⁽¹⁾	26.294	(23.725)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.169	489
Demais Ajustes	(8.256)	6
Imposto de Renda e Contribuição Social	19.207	(23.230)

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018

26. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as informações trimestrais do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Gianluca de Ficchy

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Dominique Edmond Pierre Signora
Patrick Jean Michel Claude
Thierry Gérard Alaux

Suplente do Presidente do Conselho

Alain Gérard Ballu

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Conrado Engel
Nilton Sergio Silveira Carvalho

DIRETORIA

Diretor Presidente

Dominique Edmond Pierre Signora

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Géraud Henri Louis Lecerf

Diretor CrediNissan

(Vago)

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Contador

Andre Miguel do Nascimento - CRC 1SP 191241/O-8

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Conselheiros e Diretores da
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco RCI Brasil S.A. (“Banco”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

O Banco registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às informações trimestrais nº 4.h.5. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do patrimônio líquido e do resultado em 31 de março de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias” acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR

Ênfase

Incorporação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em 29 de janeiro de 2016 foi aprovada a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (“CFI RCI Brasil”) pelo Banco RCI Brasil S.A. nos termos do “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação”. A incorporação resultou na extinção da CFI RCI Brasil e no aumento de capital do Banco RCI Brasil S.A. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2FP014428/0-6-F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche
CRC 1SP245785/O-2